DIÁRIA

A SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, IX, da PORTARIA Nº 315 de 09/02/2011 e o disposto no art.145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, o Decreto nº 2.819 de 06.09.94.

Maria Rute Tostes da Silva

Subsecretária da Administração Tributária.

PORTARIA Nº 1296, de 01 de junho de 2017, AUTORIZAR 13 e 1/2 diários o servidor AMADEU FADUL TEIXEIRA, nº 0527998401, AUDITOR-C, MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo acompanhar e coordenar operação itinerante Araguaia, período 06.06.2017 a 19.06.2017, trecho Belém/Marabá/Conceição Do Araguaia/Redenção/Xinguara/Floresta Do Araguaia/Santana Do Araguaia/Marabá/Belém.

Protocolo: 191690

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Ilmo. Sr. DERCELINO GONÇALVES DA COSTA, Coordenador Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito decorrentes de Termos de Apreensão e Depósito, contra as empresas abaixo relacionadas.

AINF	RAZÃO SOCIAL	I.E/CNPJ/CPF
262012510001321-8	B R V SUPERMERCADO LTDA	15.343475-9
262012510001484-2	MERCÚRIO INDUSTRIA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	15.309566-0
262012510001758-2	S A ASSAF	15.164273-7
262012510000825-7	PAULO SOUSA DA SILVA	15.328886-8
342012510000574-1	ESTRELA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA	15.261124-0
812012510000903-0	DJAILTON QUIRINO SANTOS	15.332363-9
812012510001632-0	ESTRELA DO NORTE COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME	15.327483-2
372012510003091-7	GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	15.382153-1
532012510000325-2	V E TAVARES E CIA LTDA	15.288446-7

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.

DERCELINO GONÇALVES DA COSTA
Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo: 192873

CERAT MARARÁ

O Coordenador da CERAT Marabá, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos dos Artigos 11 e 14 III da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentarem os documentos a seguir relacionados, objeto da ação fiscal de Baixa Cadastral, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, parágrafo 3º, III da Lei 6.182/98.

Razão Social: UKE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI
Inscrição Estadual: 15.545.902-3

Audidores Fiscais solicitantes: Endrigo Kavecky Machiti

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 032017820000209-3

Documentos solicitados:

Comprovante de entrega – DIEF

DIEF/GIEF

Livro de Registro de Apuração de ICMS;

Livro de Registro de Entradas

Livro de Registro de Saídas

Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências

Notas Fiscais de Entradas

Relação das NFS. REF. Aos pag. De: 1141, 1145, 1146 e 1152

Relação das NFS. REF. Aos pag. De: 1173

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal

Período a ser fiscalizado: 12/2016 a 03/2017.

Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4812.

O não atendimento a presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

DERCELINO GONÇALVES DA COSTA

Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo: 192870

Portaria n.º2266-CEEAT/IPVA/ITCD, de 19/06/2017 - Proc n.º 1920167300005778/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD

Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art150, vi, "a", cf/88, art.14 ctn, dec 2703/06 e in 04/2015

Interessado: Centro Regional de Treinamento da Esaf No Pará

Marca Tipo Chassi

MMC/L200 4X4 GL Esp/Camionete 93XJNK3404C333890

Protocolo: 192884

O Ilmo. Sr. DERCELINO GONÇALVES DA COSTA, Coordenador Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito decorrentes de Termos de Apreensão e Depósito, contra as empresas abaixo relacionadas.

AINF	RAZÃO SOCIAL	I.E/CNPJ/CPF
352012510012090-0	L M DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP	15.183780-5
812012510001091-8	L M DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP	15.183780-5
532012510000860-2	L M DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP	15.183780-5
15.149862-8	ARAUJO E SENA LTDA ME	15.149862-8
262012510001319-6	APACHE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME	15.290681-9

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.

DERCELINO GONÇALVES DA COSTA

Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo: 192876

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 5421 - 1ª CPJ. RECURSO N. 12467 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 102012510000049-9). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. OPERAÇÃO TRIBUTADA. NÃO RECOLHIMENTO.

1. Deve ser restabelecido o crédito tributário quando a operação realizada pelo contribuinte não tem amparo na legislação tributária do Estado, relativo à suspensão do imposto. 2. Deixar de recolher ICMS em razão de emissão de documento fiscal relativo a operação tributada, como não tributada, constitui infração à legislação tributária Estadual e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 05/06/2017. ACÓRDÃO N. 5420 - 1ª CPJ. RECURSO N. 12017 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 132006510000003-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser mantida a decisão de Primeira Instância pela improcedência do AINF quando comprovado nos autos que o contribuinte não cometeu infração. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS, voto vencido da Conselheira Angela Maria Barbosa Marques de Azevedo, pela nulidade do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 05/06/2017. ACÓRDÃO N. 5419 - 1ª CPJ. RECURSO N. 12807 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510011276-1). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: IPVA. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação de questionamentos relativos à validade da legislação tributária. 2. A Secretaria de Estado da Fazenda dispensará o pagamento do imposto quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo ou sinistro. 3. É de competência exclusiva do Secretário de Estado da Fazenda, a decisão nos expedientes de reconhecimento de incentivos e benefícios fiscais (Lei n. 6.182/1998, art. 70). 4. Para o reconhecimento da dispensa de pagamento do IPVA, por perda total do veículo, em decorrência de sinistro, é necessário que o contribuinte, dentre outras providências, requeira a baixa do veículo junto ao órgão competente de trânsito. 5. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, nos termos do art. 11 da Lei n. 6.017/1996, em cujo nome esteja registrado o veículo no órgão executivo de trânsito deste Estado. 6. Deixar de recolher o IPVA de veículo rodoviário, no prazo regulamentar, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte

à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/05/2017.

ACÓRDÃO N. 5418 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11875 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 132013510000128-0). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. NÃO RECOLHIMENTO. 1. A isenção do ICMS Diferencial de Alíquotas, quando da aquisição, em outra unidade da Federação, de bens destinados ao ativo imobilizado, vinculados à cadeia produtiva, constantes do Anexo XXX do RICMS (Decreto n. 4.676/2001) é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Fazenda (RICMS, Anexo I, art. 176, I). 2. Deixar de recolher ICMS, relativo à operação com bem destinado à integração ao ativo permanente do estabelecimento, em outra da federação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/05/2017.

ACÓRDÃO N. 5417 - 1ª CPJ. RECURSO N. 12055 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 032013510000823-1). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS. 1. Deve ser excluída parte do crédito tributário, não definitivamente julgado, em razão da aplicação da retroatividade benéfica, quando verificada que a penalidade aplicada em função da Lei n. 8.454/2016, for menos severa, nos termos do art. 106, II, "c" do Código Tributário Nacional - CTN. 2. Deixar de escriturar notas fiscais relativas às operações de aquisições de mercadorias no Livro Registro de Entradas constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às sanções previstas em Lei. 3. Recurso voluntário conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 31/05/2017.

ACÓRDÃO N.5416- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11953 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092013510000935-3). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ESTORNO DE CRÉDITO. NÃO RECOLHIMENTO. 1. A entrada de mercadoria integrada ou consumida através de industrialização, e a saída do produto for beneficiada com a redução de base de cálculo, impõe o estorno de crédito, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei n. 5.530/1989. 2. Deixar de recolher ICMS decorrente da falta de estorno de crédito, em hipótese legalmente prevista, recebido em decorrência da entrada de mercadorias em seu estabelecimento, constitui infração a legislação tributária, e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 24/05/2017.

ACÓRDÃO N.5415- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12095 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 582013510000494-7)

ACÓRDÃO N.5414- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12093 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 582013510000567-6)

ACÓRDÃO N.5413- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12091 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 582013510000488-2)

CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. ATIVO NÃO REGULAR. 1. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação de questionamentos relativos à validade da legislação tributária. 2. A apreensão de mercadorias constitui um meio de prova material de infração à legislação tributária, e sua retenção ocorre em tempo suficiente para materialização da infração, identificação do contribuinte e sua responsabilidade tributária. 3. O Estado poderá exigir o pagamento antecipado do imposto nos termos do art. 2º, § 3º da Lei n. 5.530/1989. 4. Os contribuintes ativos que estiverem na situação fiscal de ativo não regular, nos termos definidos na IN 013/2005, deverão efetuar o recolhimento do imposto no momento da entrada da mercadoria em território paraense, na forma do disposto no art. 108, § 9º, do RICMS (Decreto n. 4.676/2001). 5. A pessoa física ou jurídica em débito com o fisco não poderá dele receber benefícios ou incentivos fiscais.

6. A infração à legislação tributária gera uma sanção pela inobservância da norma legal visando manter a integridade da ordem jurídica. 7. Deve ser mantida a multa quando aplicada ao fato concreto no limite legalmente previsto. 8. Deixar de recolher ICMS, relativo à operação com mercadoria oriunda de outra Unidade da Federação, destinada ao uso/consumo ou à integração no ativo permanente do estabelecimento, em situação fiscal ativo não regular, na entrada do território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 9. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS, voto contrário do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 24/05/2017.